

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

3º Trimestre de 2018

Saldo das Administrações Públicas fixou-se em cerca de 0,0% do PIB no ano acabado no 3º trimestre

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 3º trimestre de 2018, o que representa uma diminuição de 0,2 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre anterior.

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu 0,4 p.p. para 0,4% do PIB no 3º trimestre de 2018. A despesa de consumo final das Famílias registou um aumento superior ao do rendimento disponível, o que determinou a redução da taxa de poupança para 4,0%. O saldo das sociedades não financeiras agravou-se em 0,5 p.p., fixando-se em -1,9% do PIB no 3º trimestre, enquanto a capacidade de financiamento das sociedades financeiras diminuiu 0,2 p.p. para 1,9%.

No ano terminado no 3º trimestre de 2018, o saldo das Administrações Públicas (AP) atingiu um valor ligeiramente positivo (correspondente a 0,0% do PIB) e que compara com -1,0% no trimestre anterior. Esta variação, entre outros efeitos, refletiu um conjunto de fatores especiais que afetaram as finanças públicas no 2º e 3º trimestre (ver caixa no final desta publicação). Efetivamente, tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em 3 082,2 milhões de euros no 3º trimestre de 2018, correspondente a 6,0% do PIB. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2018, o saldo global das AP fixou-se em 1 111,2 milhões de euros, representando 0,7% do PIB (-3,2% em igual período do ano anterior).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 3º trimestre de 2018.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia ou discriminados pelos setores institucionais:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;
- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (Particulares);
- Resto do Mundo.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano Contas Nacionais – 3º trimestre de 2018

acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma dos agregados apresentados pode não coincidir com o total da economia.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia reduziu-se para 0,5% do PIB

A capacidade de financiamento da economia portuguesa diminuiu para 0,5% do PIB no 3º trimestre de 2018, que compara com 0,7% no trimestre anterior. O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram taxas de variação de 0,9% e 0,7%, respetivamente. O crescimento do RNB inferior ao do PIB foi determinado pelo agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 5,9% e 4,5%, respetivamente.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) registou um crescimento de 0,7%, idêntico ao acréscimo da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinando um aumento de 0,4% da poupança bruta (diminuição de 1,7% no trimestre anterior). A poupança da economia representou 16,8% do PIB no 3º trimestre de 2018 (16,9% no trimestre anterior).

O aumento de 2,0% da Formação Bruta de Capital (FBC) foi superior ao aumento da poupança bruta, originando uma redução da capacidade de financiamento da economia.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional.

O saldo das AP foi marginalmente positivo (0,0% do PIB), que compara com uma necessidade de financiamento de 1,0% do PIB no trimestre anterior. A melhoria do saldo refletiu sobretudo o aumento das receitas de impostos sobre o rendimento e sobre a produção.

O saldo das Sociedades Não Financeiras (SNF) diminuiu 0,7 p.p. no 3º trimestre de 2018, para -1,9% do PIB. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras passou de 2,1% do PIB no 2º trimestre de 2018 para 1,9% no 3º trimestre de 2018.

O saldo externo de bens e serviços diminuiu ligeiramente para 0,7% do PIB no 3º trimestre de 2018 (ver gráfico 2), devido ao aumento das importações superior ao das exportações (1,8 e 1,6%, respetivamente).

Quadro 1: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2014T1	170 692	0,2	168 293	0,2	170 390	0,3
2014T2	172 235	0,9	169 641	0,8	171 614	0,7
2014T3	173 278	0,6	170 792	0,7	172 897	0,7
2014T4	173 079	-0,1	170 117	-0,4	172 313	-0,3
2015T1	174 810	1,0	171 299	0,7	173 613	0,8
2015T2	176 641	1,0	172 327	0,6	174 538	0,5
2015T3	178 203	0,9	173 836	0,9	176 013	0,8
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,7
2016T1	181 598	1,0	177 237	1,4	179 442	1,3
2016T2	183 085	0,8	178 490	0,7	181 097	0,9
2016T3	184 760	0,9	179 948	0,8	182 555	0,8
2016T4	186 480	0,9	182 176	1,2	184 660	1,2
2017T1	188 378	1,0	183 876	0,9	186 826	1,2
2017T2	190 485	1,1	186 187	1,3	188 954	1,1
2017T3	192 412	1,0	188 187	1,1	191 130	1,2
2017T4	194 613	1,1	190 364	1,2	193 458	1,2
2018T1	196 134	0,8	192 328	1,0	195 203	0,9
2018T2	197 480	0,7	192 700	0,2	195 736	0,3
2018T3	199 207	0,9	193 967	0,7	197 026	0,7

Quadro 2 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade(-) de Financiamento un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,8	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,4	1,1	16,0	0,5
2016T2	15,7	0,9	15,9	0,7
2016T3	15,8	1,0	15,8	0,9
2016T4	15,9	0,9	15,7	1,0
2017T1	16,1	1,0	16,0	1,1
2017T2	16,4	0,9	16,4	1,0
2017T3	16,8	0,9	16,7	1,1
2017T4	17,1	0,8	16,9	1,1
2018T1	17,3	0,8	17,1	1,1
2018T2	16,9	0,9	17,1	0,7
2018T3	16,8	0,9	17,3	0,5

Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

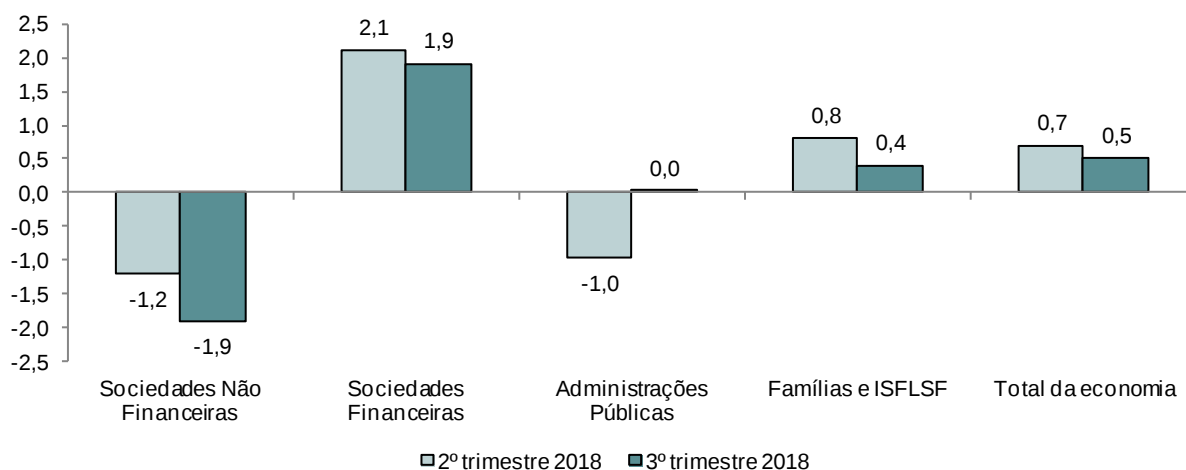
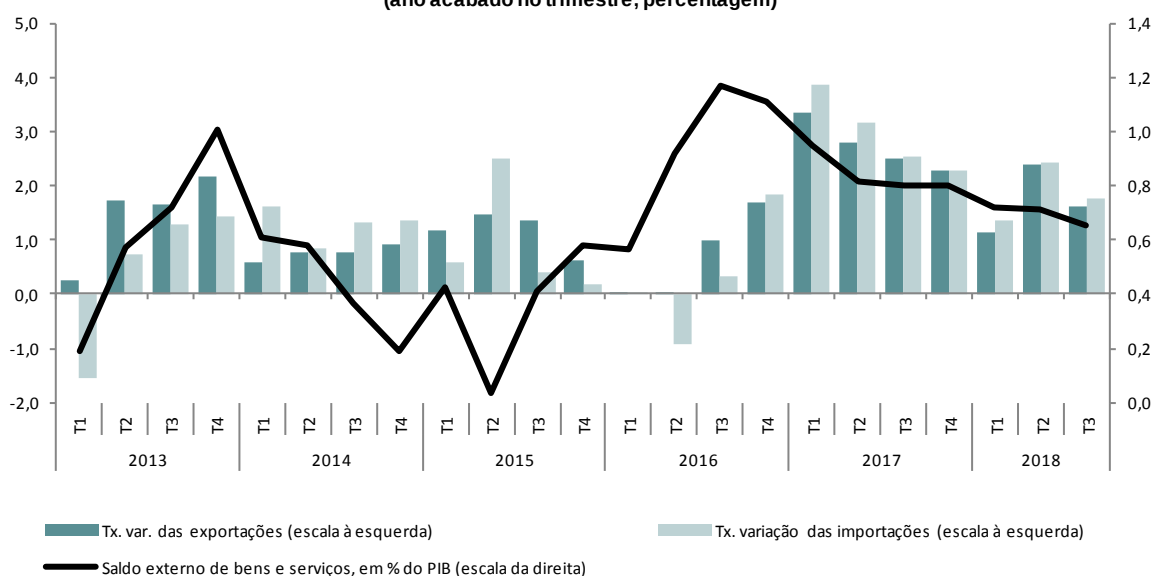


Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (ano acabado no trimestre; percentagem)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 0,4% do PIB

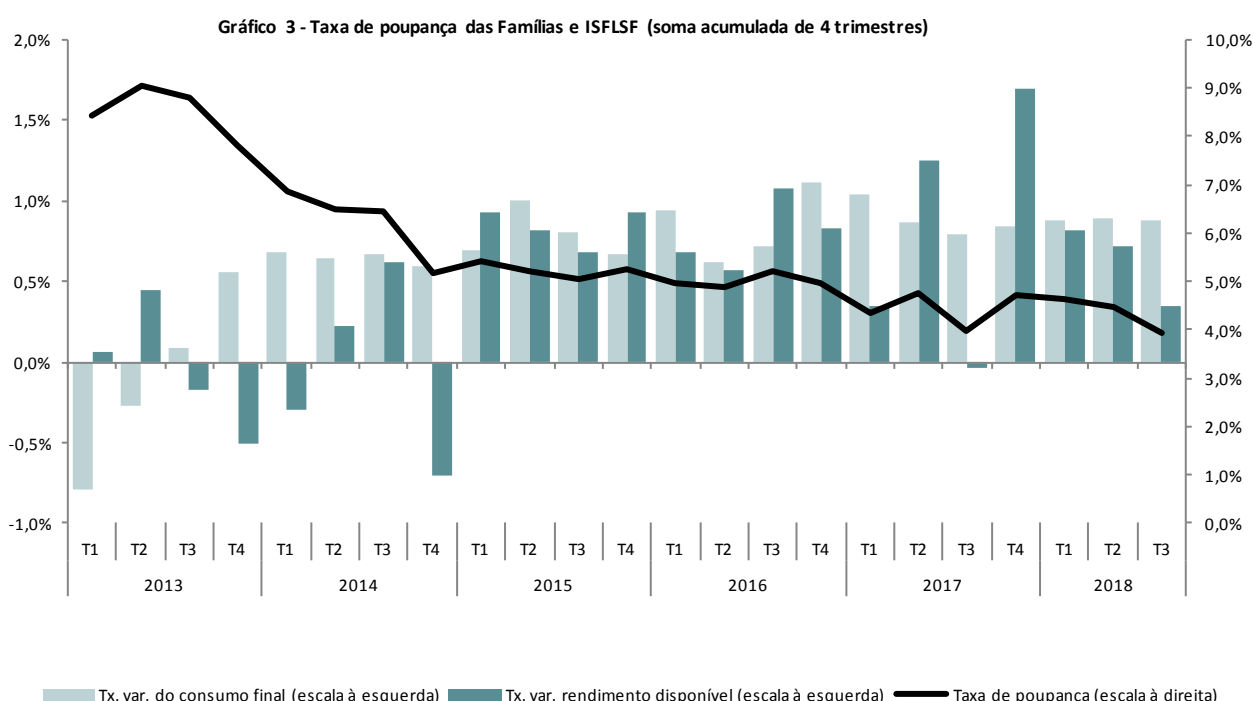
A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 0,4% do PIB, menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior, refletindo sobretudo o aumento da despesa de consumo final em 0,9%, que mais do que compensou o aumento de 0,3% do rendimento disponível.

No gráfico 3 apresentam-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se observa, a taxa de poupança das Famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível (menos 0,5 p.p. que no trimestre anterior), em resultado do aumento do rendimento disponível inferior ao da despesa de consumo final.

O aumento menos acentuado do rendimento disponível das Famílias foi determinado pelo crescimento de 3,3% dos impostos sobre o rendimento no 3º trimestre de 2018 (diminuição de 1,3% no trimestre anterior), tendo as remunerações recebidas registado um acréscimo idêntico ao do trimestre anterior (1,1%). Note-se que os impostos sobre o rendimento pagos pelas famílias sofreram algumas perturbações no perfil trimestral nos

dois últimos anos devido, em grande medida, às diferentes cadências dos reembolsos do IRS, afetando em particular a evolução entre o 2º e o 3º trimestres de cada ano.

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) das Famílias registou uma taxa de variação de 1,6% no 3º trimestre de 2018 (2,1% no trimestre anterior).



O quadro 3 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível. Para o aumento de 0,3% registado no 3º trimestre de 2018, contribuíram principalmente as remunerações (0,7 p.p.), seguidas do excedente bruto de exploração com 0,1 p.p..

O RDB ajustado *per capita* fixou-se em 15,0 mil euros no 3º trimestre de 2018, o que corresponde a um

crescimento de 0,4% face ao trimestre anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos ou produzidos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias.

Quadro 3: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., ano acabado no trimestre)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração	Rendimentos de propriedade	Prestações sociais	Outras transferências correntes	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...(5) - (6)
2014T1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,1	0,1	0,2
2014T3	0,5	0,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,7
2015T1	0,5	0,1	0,3	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,6	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,8
2015T3	0,2	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0	0,7
2015T4	0,6	0,1	0,0	0,2	0,0	-0,1	0,9
2016T1	0,5	0,2	0,0	0,0	-0,1	-0,1	0,7
2016T2	0,6	0,1	-0,4	0,0	0,2	-0,1	0,6
2016T3	0,6	0,2	-0,2	0,0	0,1	-0,4	1,1
2016T4	0,8	0,3	0,0	-0,3	0,0	0,0	0,8
2017T1	0,7	0,1	-0,3	-0,3	0,1	0,0	0,4
2017T2	0,8	0,2	-0,2	-0,4	0,0	-0,8	1,3
2017T3	0,8	0,2	-0,1	-0,3	0,2	0,7	0,0
2017T4	1,2	0,2	-0,1	0,4	0,0	0,1	1,7
2018T1	0,6	0,2	0,1	-0,1	0,1	0,1	0,8
2018T2	0,7	0,2	-0,2	-0,2	0,0	-0,1	0,7
2018T3	0,7	0,1	0,0	-0,2	0,0	0,3	0,3

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 1,9% do PIB

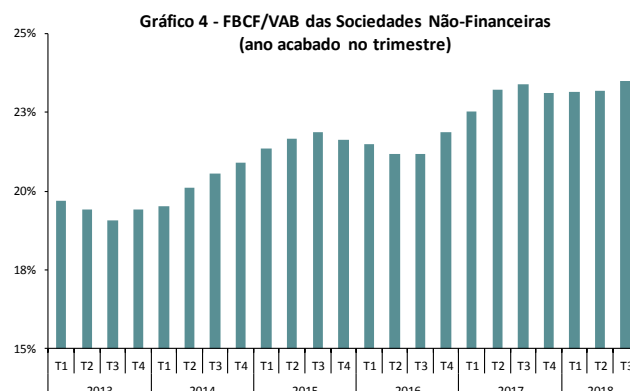
A necessidade de financiamento das SNF agravou-se em 0,7 p.p., fixando-se em 1,9% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2018. Este resultado refletiu sobretudo os aumentos das remunerações pagas e da Formação Bruta de Capital (FBC). O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 0,8%, menos 0,1 p.p. do que no trimestre anterior.

As remunerações pagas pelo setor registaram um crescimento de 1,4%, superior ao aumento do VAB, o que determinou uma redução de 0,4% do Excedente Bruto de Exploração (EBE).

A taxa de margem operacional do setor atingiu 39,0% (menos 0,4 p.p. do que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o EBE e o VAB e corresponde à percentagem de valor criado que se

destina à remuneração dos recursos financeiros aplicados nas empresas.

A FBCF aumentou 2,2% no ano acabado no 3º trimestre, fixando-se a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 23,5%, mais 0,3 p.p. que no trimestre anterior.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 1,9% do PIB

A capacidade de financiamento do setor representou 1,9% do PIB no 3º trimestre de 2018, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior. A poupança corrente registou um decréscimo de 11,6% no 3º trimestre de 2018.

Para esta evolução contribuiu principalmente a diminuição do saldo dos rendimentos de propriedade. Os rendimentos recebidos e pagos registaram taxas de variação de -4,6% e -2,1%, respetivamente.

Setor das Administrações Públicas: saldo melhorou 1,0 p.p.

O saldo do setor das AP registou uma melhoria de 1,0 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2018, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 0,0% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento resultou dos aumentos de, respetivamente, 2,6% e 0,3% da receita total e da despesa total das AP (ver quadros 4 e 5).

O comportamento da despesa total refletiu os aumentos de 2,8% e 0,1% na despesa de capital e na despesa corrente.

A variação ocorrida na despesa de capital traduziu sobretudo o aumento de 4,2% no investimento. No que diz respeito à despesa corrente, o seu comportamento resultou do efeito combinado da diminuição de 3,0%, 2,1% e 0,1% nos subsídios, nos encargos com juros e

nas prestações sociais, respetivamente, e do aumento de 2,3%, 0,9% e 0,2% na outra despesa corrente, no consumo intermédio e nas despesas com pessoal, respetivamente.

A receita total registou uma variação positiva de 2,6% no ano terminado no 3º trimestre, em resultado do aumento de 2,4% da receita corrente e de 24,0% da receita de capital. O aumento da receita corrente foi determinado pelo aumento das receitas com os impostos sobre o rendimento e património (5,2%), as vendas (2,5%), os impostos sobre a produção e importação (1,9%) e as contribuições sociais (1,2%). A outra receita corrente apresentou uma diminuição de 0,5%.

No conjunto dos três primeiros trimestres de 2018, o saldo global das AP foi positivo, fixando-se em 1 111,2 milhões de euros, o que representa 0,7% do PIB (-3,2% em igual período do ano anterior).

O saldo das AP foi positivo e relativamente elevado no 3º trimestre de 2018, fixando-se em 3 082,2 milhões de euros (6,0% do PIB), traduzindo uma melhoria face ao mesmo período do ano anterior (2,3% do PIB). Em termos homólogos, a receita total aumentou 9,5%, enquanto a despesa total aumentou 1,0% (ver caixa no final do destaque que detalha os principais determinantes para a melhoria do saldo neste trimestre).

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2017T3	2017T4	2018T1	2018T2	2018T3
Receita total	82 732,5	83 109,5	83 605,7	84 195,4	86 376,4
Receita corrente	81 697,7	82 311,3	82 816,0	83 475,8	85 483,8
Impostos sobre o rendimento e património	19 756,6	19 718,9	19 820,0	19 612,3	20 625,5
Impostos sobre a produção e importação	28 625,0	29 041,7	29 535,0	29 754,2	30 319,3
Contribuições sociais	22 333,1	22 685,0	22 846,1	23 103,8	23 385,5
Vendas	6 606,0	6 695,6	6 717,3	6 800,5	6 971,5
Outra receita corrente	4 376,9	4 170,1	3 897,6	4 205,0	4 182,1
Receita de capital	1 034,8	798,2	789,7	719,6	892,6
Despesa total	87 335,3	88 872,0	84 975,4	86 113,6	86 336,3
Despesa corrente	79 530,0	80 286,4	80 244,1	80 221,6	80 277,6
Prestações sociais	34 899,0	35 646,6	35 630,0	35 634,8	35 616,9
Despesas com pessoal	20 882,0	21 299,1	21 208,9	21 141,1	21 186,1
Juros	7 563,6	7 436,9	7 317,0	7 222,1	7 070,9
Consumo intermédio	10 559,2	10 565,3	10 506,7	10 629,1	10 729,6
Subsídios	927,2	857,3	884,7	904,6	877,7
Outra despesa corrente	4 699,0	4 481,1	4 696,7	4 690,0	4 796,4
Despesa de capital	7 805,3	8 585,6	4 731,3	5 892,1	6 058,7
Investimento ⁽¹⁾	3 119,3	3 618,2	3 702,0	3 852,7	4 016,3
Outra despesa de capital	4 686,1 ⁽²⁾	4 967,4 ⁽²⁾	1 029,3	2 039,4	2 042,4
Saldo corrente	2 167,7	2 024,9	2 571,9	3 254,2	5 206,2
Saldo total	-4 602,8 ⁽²⁾	-5 762,5 ⁽²⁾	-1 369,8	-1 918,3	40,1
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	71 966,4	72 849,5	72 927,1	72 999,5	73 206,6
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	192 412,4	194 613,5	196 133,7	197 479,0	199 206,9
Défice em % PIB	-2,4%	-3,0%	-0,7%	-1,0%	0,0%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

⁽²⁾ Inclui 3 944 milhões de euros referentes à operação de recapitalização da CGD

Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2017T3	2017T4	2018T1	2018T2	2018T3
Receita total	2,5	0,5	0,6	0,7	2,6
Receita corrente	2,6	0,8	0,6	0,8	2,4
Impostos sobre o rendimento e património	7,2	-0,2	0,5	-1,0	5,2
Impostos sobre a produção e importação	2,2	1,5	1,7	0,7	1,9
Contribuições sociais	1,0	1,6	0,7	1,1	1,2
Vendas	-0,1	1,4	0,3	1,2	2,5
Outra receita corrente	-2,7	-4,7	-6,5	7,9	-0,5
Receita de capital	-0,4	-22,9	-1,1	-8,9	24,0
Despesa total	-0,1	1,8	-4,4	1,3	0,3
Despesa corrente	-0,3	1,0	-0,1	0,0	0,1
Prestações sociais	-0,2	2,1	0,0	0,0	-0,1
Despesas com pessoal	-0,2	2,0	-0,4	-0,3	0,2
Juros	-0,9	-1,7	-1,6	-1,3	-2,1
Consumo intermédio	0,4	0,1	-0,6	1,2	0,9
Subsídios	-5,0	-7,5	3,2	2,3	-3,0
Outra despesa corrente	-1,1	-4,6	4,8	-0,1	2,3
Despesa de capital	2,0	10,0	-44,9	24,5	2,8
Investimento ⁽¹⁾	5,3	16,0	2,3	4,1	4,2
Outra despesa de capital	0,0	6,0	-79,3	98,1	0,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	3º trimestre de 2017		3º trimestre de 2018		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	22 929,1	46,2	25 110,1	48,9	9,5
Receita corrente	22 779,6	45,9	24 787,6	48,3	8,8
Impostos sobre o rendimento e património	6 981,1	14,1	7 994,2	15,6	14,5
Impostos sobre a produção e importação	7 688,0	15,5	8 253,0	16,1	7,4
Contribuições sociais	5 582,8	11,3	5 864,4	11,4	5,0
Vendas	1 663,2	3,4	1 834,1	3,6	10,3
Outra receita corrente	864,6	1,7	841,7	1,6	- 2,6
Receita de capital	149,5	0,3	322,5	0,6	115,7
Despesa total	21 805,3	44,0	22 027,9	42,9	1,0
Despesa corrente	20 756,5	41,9	20 812,5	40,6	0,3
Prestações sociais	9 925,9	20,0	9 908,0	19,3	- 0,2
Despesas com pessoal	4 975,4	10,0	5 020,3	9,8	0,9
Juros	1 969,2	4,0	1 818,1	3,5	- 7,7
Consumo intermédio	2 620,4	5,3	2 720,9	5,3	3,8
Subsídios	187,6	0,4	160,7	0,3	- 14,3
Outra despesa corrente	1 078,0	2,2	1 184,4	2,3	9,9
Despesa de capital	1 048,8	2,1	1 215,4	2,4	15,9
Investimento ⁽¹⁾	889,9	1,8	1 053,5	2,1	18,4
Outra despesa de capital	158,8	0,3	161,9	0,3	1,9
Saldo corrente	2 023,0	4,1	3 975,0	7,7	
Saldo total	1 123,8	2,3	3 082,2	6,0	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 3º trimestre de 2018 com o período homólogo, verifica-se que tanto o saldo em contabilidade nacional como o saldo em contabilidade pública registaram melhorias. As restantes diferenças entre estas duas óticas estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do

setor das AP ao nível das empresas públicas e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional incluem um ajustamento temporal visando aproximar o respetivo momento de registo do período em que se verificou a atividade que gerou a obrigação de pagamento.

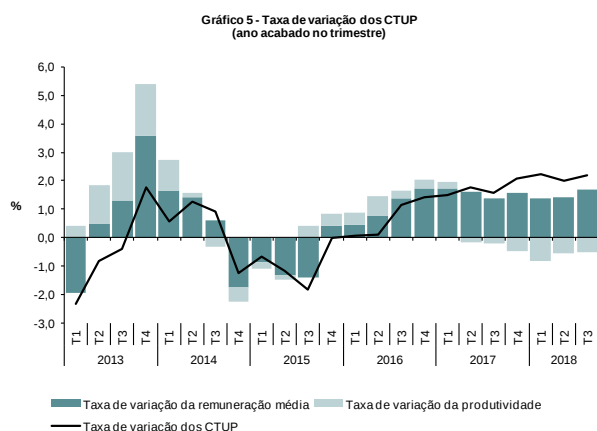
Quadro 7: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2017T3	2018T3
Saldo em contabilidade pública:	2 493,0	3 915,3
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	126,3	192,2
Diferença entre juros pagos e devidos	-1 016,1	- 834,3
Outros valores a receber:	- 398,5	- 337,0
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 245,8	- 143,8
<i>Outros</i>	- 152,6	- 193,2
Outros valores a pagar:	118,6	157,1
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	17,6	60,5
<i>Outros</i>	100,9	96,6
Outros ajustamentos:	- 199,5	- 11,1
<i>dos quais:</i>	0,0	0,0
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 118,6	- 44,7
Saldo em contabilidade nacional:	1 123,8	3 082,2
PIB ⁽¹⁾	49 595,3	51 323,1
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	2,3%	6,0%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

**Custos do trabalho por unidade produzida
(CTUP) aumentaram 2,2%**

No ano acabado no 3º trimestre de 2018, os CTUP registaram um aumento de 2,2%, mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior. O crescimento dos CTUP foi determinado pelo aumento da remuneração média e, em menor grau, pela diminuição da produtividade.



Revisões das estimativas anteriores

As CTSI agora apresentadas incorporam nova informação relativamente às estimativas anteriores (ver quadro em baixo). Assim, comparativamente com a publicação anterior, é de destacar a incorporação das revisões das contas trimestrais para o total da economia, publicadas a 30 de Novembro passado.

Adicionalmente, foram integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Quadro 8 - Capacidade / necessidade de financiamento no 2º trim. de 2018
(em % do PIB, soma acumulada de 4 trim.)

	versão anterior	versão atual
Sociedades Não Financeiras	-1,2	-1,2
Sociedades Financeiras	2,1	2,1
Administrações Públicas	-0,9	-1,0
Famílias e ISFLSF	0,7	0,8
Total da economia	0,7	0,7

O saldo das Administrações Públicas no 3º trimestre de 2018

No conjunto dos três primeiros trimestres de 2018, o saldo global das Administrações Públicas foi positivo, fixando-se em 1 111,2 milhões de euros, o que representa 0,7% do PIB (-3,2% em igual período do ano anterior).

O saldo no 3º trimestre de 2018 fixou-se em 3 082,2 milhões de euros (6,0% do PIB trimestral), aumentando face ao mesmo período do ano anterior (2,3% do PIB). Em termos homólogos, a receita total cresceu 9,5%, enquanto a despesa total aumentou 1,0% (ver quadro no final desta caixa).

Para o comportamento da receita contribuiu essencialmente o aumento da receita fiscal (10,8%) e das contribuições sociais (5,0%), refletindo a magnitude e composição do crescimento económico e a melhoria do mercado de trabalho. Contudo, o crescimento da receita fiscal reflete também fatores especiais, nomeadamente desfasamentos nos pagamentos e/ou reembolsos que afetaram a evolução entre o segundo e o terceiro trimestre.

A receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) aumentou 9,1% no 3º trimestre em termos homólogos (que compara com 1,9% no trimestre anterior). Para além da evolução do consumo privado, também contribuiu para este comportamento a alteração o regime do IVA sobre as importações extracomunitárias, que deixou de ser cobrado no ato do desalfandegamento, passando a ser liquidado no momento da venda no mercado interno. Esta medida determinou um desfasamento na receita líquida de IVA entre o 2º e 3º trimestres de 2018.

No que respeita aos Impostos sobre o rendimento e património verificou-se um aumento homólogo de 14,5% no 3º trimestre explicado pelos crescimentos da receita do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Recorde-se que o comportamento negativo da receita de IRC no 2º trimestre face ao trimestre homólogo esteve associado ao adiamento de receita decorrente do alargamento do prazo para a entrega da declaração periódica de rendimentos de IRC relativos a 2017. No 3º trimestre a receita de IRC registou um crescimento de 25% influenciada, por um lado, pela redução dos reembolsos de 2,2% e, por outro, pelo aumento de 16,5% da receita bruta, reflexo do acréscimo das autoliquidações e dos pagamentos por conta.

No caso do IRS, o aumento no 3º trimestre (9,7%, em termos homólogos), após a redução na receita do 2º trimestre de igual magnitude, esteve associado à antecipação, em 2018, dos reembolsos para os meses de abril e maio e, no 3º trimestre, ao aumento dos pagamentos adicionais relativos ao acerto do imposto de 2017.

Adicionalmente, a receita de capital apresentou um aumento de 115,7% (173 milhões de euros), maioritariamente explicado pela recuperação de parte da garantia (166,3 milhões de euros) prestada ao Banco Privado Português em 2010.

A melhoria do saldo entre o 2º e o 3º trimestre de 2018 é também acentuada pela desaceleração da despesa, que passou de um crescimento homólogo de 5,5% para apenas 1,0%. Recorde-se que o aumento de 5,5% na despesa do 2º trimestre foi sobretudo influenciado pela outra despesa de capital, nomeadamente pelo aumento de capital no Novo Banco efetuado pelo Fundo de Resolução (792 milhões de euros) e pelo empréstimo concedido pela Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF) ao Fundo de Recuperação de Créditos FRC-INQ-Papel Comercial ESI Rio Forte (FRC) no montante de 121,4 milhões de euros, operações que corresponderam a 1,8% do PIB no 2º trimestre de 2018.

O saldo acumulado até ao 3º trimestre de 2018 não reflete o efeito do pagamento do subsídio de Natal, que em 2018 voltou a ser pago integralmente no 4º trimestre o que se refletirá, tudo o resto constante, num aumento significativo da despesa com pessoal e das prestações sociais (pensões) no quarto trimestre de 2018.

Taxas de variação homóloga das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas por trimestre

	Tvh		
	2018 T1	2018 T2	2018 T3
Receita total	2,7	3,0	9,5
Receita corrente	2,8	3,4	8,8
Impostos sobre o rendimento e património	2,7	-5,8	14,5
<i>dos quais:</i>			
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	2,4	-9,7	9,7
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	2,5	-4,6	25,0
Impostos sobre a produção e importação	7,4	3,1	7,4
<i>dos quais</i> : Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	6,2	1,9	9,1
Contribuições sociais	3,1	4,5	5,0
Vendas	1,4	5,0	10,3
Outra receita corrente	-25,1	25,0	-2,6
Receita de capital	-5,3	-32,4	115,7
Despesa total	-16,8	5,5	1,0
Despesa corrente	-0,2	-0,1	0,3
Prestações sociais	-0,2	0,1	-0,2
Despesas com pessoal	-1,8	-1,2	0,9
Juros	-6,6	-5,3	-7,7
Consumo intermédio	-2,4	4,9	3,8
Subsídios	17,1	10,2	-14,3
Outra despesa corrente	20,6	-0,6	9,9
Despesa de capital	-82,2	136,6	15,9
Investimento ⁽¹⁾	14,0	20,9	18,4
Outra despesa de capital	-96,3	785,7	1,9
Saldo total	-91,4	54,2	174,3

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.